

FOLZ, Rosana Rita. *Mobiliário na Habitação Popular - Discussões de alternativas para melhoria da habitabilidade*. São Carlos: RiMa, 2003. 196p.

Denise Adell

Recém-graduada em Sociologia e Política/FESP-SP

Ao analisar o interior residencial e o mobiliário doméstico da moradia popular urbana, Rosana Rita Folz apresenta em seu livro *Mobiliário na Habitação Popular* uma abordagem que, partindo de um estudo de caso, revela-se bastante abrangente. A atenção dada à residência da classe trabalhadora resulta em um estudo que levanta importantes discussões sobre o problema habitacional, uma carência estrutural básica da sociedade brasileira. Contribuindo para o desenvolvimento de temas ainda pouco explorados na academia, a autora fornece informações e questionamentos que vão muito além de seu campo de estudo específico – a arquitetura e o design industrial – e que certamente serão de interesse de muitas outras áreas de estudo.

Partindo das origens das primeiras crises habitacionais vividas pela população trabalhadora nas cidades européias no início do século XIX, a autora aborda o processo do crescimento urbano-industrial que resultou no afastamento dos moradores dos cortiços e vilas operárias para as regiões periféricas das grandes cidades. O estudo de Folz mostra como de forma muito semelhante este processo ocorreu no Brasil no final do século XIX e início do século XX, quando a questão da habitação operária passou a fazer parte do cenário nacional.

A evolução das técnicas de construção e a crescente implantação de uma infra-estrutura

urbana básica criaram as bases para importantes mudanças na moradia operária. Do ponto de vista da estrutura e da planta da residência das classes populares, no entanto, as transformações se resumiram, principalmente, à junção das áreas da sala e da cozinha e ao fenômeno da crescente compartimentação dos espaços da casa. No interior dos cortiços e vilas operárias brasileiras, afirma Folz, a classe trabalhadora tentava reproduzir o modelo de moradia da elite, mesmo com suas restritas condições econômicas. No entanto, ao contrário das residências burguesas, que valorizavam a área social da sala, a moradia popular se voltava para as ruas e jardins, que eram utilizados como espaços de sociabilização.

O capítulo inicial destaca ainda, a participação do poder público a partir da década de 1930 na produção em massa das moradias populares, até então realizada pela iniciativa privada. Especial ênfase é dada para a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), após o golpe militar em 1964, iniciando assim uma nova fase para a habitação popular, que deixava de ser construída para locação e passava a ser vendida. Adotou-se também, um padrão mais conservador com ênfase no espaço privado. Em 1986 o BNH foi extinto, o que desestruturou a política habitacional no país. Desde então, o Estado, em nível federal, tem se isentado da responsabilidade de financiar qualquer programa habitacional, que passou a depender de eventuais ações das administrações municipais e estaduais.¹ Porém, as iniciativas esporádicas e desarticuladas dos municípios e estados não foram minimamente suficientes para sanar o problema da habitação.

A questão da "habitação mínima", a partir dos anos 30, também é abordada pela autora.² As discussões sobre alternativas para um melhor aproveitamento do espaço, bem como do mobiliário adequado para casas de dimensões reduzidas, influenciaram as ações de engenheiros e arquitetos. Baseados em preceitos de higiene e moral, estes passaram a pensar na organização do espaço da casa como um recurso de interferência nos costumes e hábitos da população trabalhadora.³

O estudo do interior da habitação popular é um dos aspectos inovadores da análise de Folz. A partir de uma breve retrospectiva histórica, o leitor é informado das principais correntes de estilos e de pensamento de projetos para o mobiliário

¹ No governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades, este processo começou a ser alterado novamente.

² Para arquitetos como Le Corbusier, Pierre Jeanneret, entre outros, a "habitação mínima" implicava na estandardização, industrialização e taylorização de todos os elementos constitutivos da moradia. Para tais autores, a "habitação mínima" não se baseava apenas na sua pequena área, composição e preço, mas sim num novo modo de vida para as classes populares. Cada habitante deveria ter seu próprio quarto, mesmo que muito pequeno, a cozinha deveria ser concebida para simplificar o trabalho doméstico. A mobília, que não deveria imitar o mobiliário burguês, seria de manutenção simples e proporcionaria condições de vida higiênicas.

³ Para uma interessante análise deste processo ver CORREIA, Telma de Barros. (2004), *A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950*. São Carlos: RiMa.



doméstico e seu *design*.

No final do século XIX começava a se desenvolver a produção nacional de móveis economicamente mais acessíveis, permitindo que a classe trabalhadora adquirisse tais produtos. De acordo com a autora, "vale destacar três exemplos de móveis populares que se tornaram 'clássicos' e transcenderam ao tempo, atendendo muito bem a sua função: a rede, a cadeira de taboa e a 'cama patente'" (p.66). O livro apresenta também um panorama da estrutura industrial moveleira no Brasil desde meados do século XX até os dias atuais.

A autora aponta para a necessidade do investimento no *design* e do uso de novas tecnologias no país. Neste sentido, observa-se uma demanda cada vez maior pela produção de móveis do tipo modulado, dada a redução generalizada dos espaços residenciais, uma das características da vida urbana contemporânea. O conceito de modulação, inicialmente aplicado apenas à área da cozinha, passa a ser aplicado em móveis para dormitórios e salas de estar. A flexibilidade oferecida por suas dimensões reduzidas e padronizadas, além de possibilitar ao consumidor a compra de móveis por partes (economicamente mais acessível), e uma combinação destas partes de certa forma personalizada, torna-os mais facilmente adaptáveis às dimensões do espaço disponível.⁴

Apesar disso, observa a arquiteta, houve, historicamente, uma desvinculação do *design* do móvel da classe popular da realidade das suas casas. O setor produtivo responsável por atender a esta classe visaria essencialmente uma produção de baixo custo, sem preocupação com a inserção deste no espaço habitacional. "O desconhecimento do que o *design* abrange leva os industriais a considerá-lo algo dispensável" (p.98). Entretanto, recentemente têm-se observado sinais de mudança nessa visão, pois muitos empresários vêm considerando o *design* como um recurso de competitividade.

As dimensões mínimas da habitação popular e suas relações com a produção moveleira também são objeto da análise de Rosana Folz. Um dos grandes problemas enfrentados pelo morador de uma casa popular seria o congestionamento. Tal situação implicaria na falta de espaço para desenvolvimento de suas atividades, o que comprometeria o desempenho do indivíduo e/ou seu conforto, podendo gerar doenças e desorganização social.

Preocupada em propor alternativas para a qualidade da habitação e a redução de seus custos, Folz afirma que há uma interação de muitas variáveis e o espaço da casa. Assim, para se caracterizar como moradia, deveriam ser atendidos determinados valores e expectativas que os moradores têm em relação a uma habitação, condicionados a aspectos sócio-culturais. O projeto de uma habitação para a população de baixa renda passaria por se conhecer o modo de vida dessa população. A organização dos móveis no espaço ou sua qualidade de projeto poderia então, atenuar a sensação de congestionamento na habitação

mínima.

Desta forma, a autora descreve três maneiras de se pensar a produção e inserção do mobiliário na habitação popular. A primeira é o móvel popular, produzido industrialmente sem *design* e sem relação com a casa. A segunda é a autoconstrução racionalizada, quando há uma certa participação do morador no processo produtivo do móvel, que buscaria adaptá-lo a um ambiente já construído. Por fim, o móvel fabricado especificamente para o espaço domiciliar, quando haveria uma integração entre o projeto da planta da casa e a concepção do móvel utilizando-se o *design*. O livro apresenta diversos exemplos destas diferentes relações entre o mobiliário e a moradia popular, em particular, projetos como o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, as Cooperativas Habitacionais Bandeirantes, Tibiriçá, União Sindical.

Folz nos mostra ainda como as transformações da sociedade industrial desestruturaram uma certa ordem simbólica de relações entre objetos e seus proprietários. A produção de móveis em série não personificaria nenhuma relação humana, tendo "liberado o indivíduo da carga moral e da ligação familiar que os móveis traziam consigo" (p.147). Aponta então, para a necessidade da produção de móveis não seriados, através de métodos como a autoconstrução e o trabalho cooperativo. Estes representariam maneiras alternativas à produção capitalista e valorizariam simbolicamente os objetos, também reduzindo seu custo final. Assim, resume a autora, três fatores seriam fundamentais para o desenvolvimento de diretrizes para a elaboração de um projeto novo e integrado de casa e móvel para a população de baixa renda: flexibilidade, modulação e multifuncionalidade.

A ênfase do livro na importância do *design* para a produção moveleira popular e da compreensão das necessidades e modos de vida da população mais pobre é, certamente, um dos seus aspectos mais instigantes. Folz nos oferece uma série de exemplos diferenciados e alternativos de relações entre a habitação e a mobília popular. Do ponto de vista de uma análise sociológica, porém, acredito que livro carece de uma observação mais detalhada dos intrincados circuitos de elaboração do *design*, produção e distribuição desses móveis. Com isso, a autora poderia ter avançado um pouco mais nas relações entre o gosto popular, seu estilo de vida, a indústria cultural e os fabricantes.

Além disso, Rosana Folz parece desconsiderar a existência de outros fatores fundamentais que conferem identidade aos espaços da casa, como o toque e o gosto pessoal. Por mais que as condições de existência e as necessidades de determinado grupo se relacionem à classe social e à influência do mercado, educação e mídia, existem especificidades, práticas relativas às circunstâncias e preferências individuais, que possibilitam diferentes estilos de vida. Mesmo dentro de uma estrutura de dominação, os espaços interiores domésticos e seus objetos são marcados, im-

⁴ Um exemplo da fabricação e difusão de móveis modulares já nos anos 50 e 60 pode ser encontrado no estudo de CLARO, Mauro. (2004), *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*. São Paulo: Editora Senac.

pressos, pelo *habitus* singular de seus moradores. De fato, uma casa nunca será igual a outra, mesmo que pertencente a moradores com recursos escassos que não possam comprar móveis sob encomenda.⁵

Por fim, talvez, uma das mais interessantes reflexões da autora seja indagar até que ponto um móvel pode ser transformado esteticamente

de forma inovadora e aceito pelo mercado consumidor. Embora não dê uma resposta definitiva, Folz indica a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os valores estéticos da população, em particular a de baixa renda. Seu livro é, desde já, um importante passo nesse sentido.

Submetido para publicação em 03 de agosto de 2006.
Aprovado para publicação em 25 de outubro de 2006.

⁵ Para uma melhor compreensão desta discussão ver BOURDIEU, Pierre. (1994), "Gostos de classe e estilos de vida", in R. Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu*, São Paulo: Ática.

Denise Adell é recém-graduada em Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), onde desenvolveu a pesquisa: "Arquitetura, design e mobiliário: um estudo sobre os espaços interiores da casa em São Paulo" como bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP. Atualmente encontra-se vinculada ao Programa de Doutorado em Sociologia da Rutgers University nos Estados Unidos.
E-mail: deadell@hotmail.com